

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE UNB DE PLANALTINA
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
ÁREA: CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA-CIEMA

RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO E CONFLITOS: UM
ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO ESTRELA
DO SUL - MS

EDIMAR BENITEZ MIRANDA
Professor Orientador: LUIS ANTONIO PASQUETTI

PLANALTINA – DF
2013
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE UNB DE PLANALTINA
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
ÁREA: CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA-CIEMA

RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO E CONFLITOS: UM ESTUDO DE CASO NO
ASSENTAMENTO ESTRELA DO SUL - MS

EDIMAR BENITEZ MIRANDA

Monografia de final de curso submetida à Faculdade UnB Planaltina, da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Licenciado em Educação do Campo, com habilitação na área de Ciências da Natureza e Matemática.

Orientador: Luis Antônio Pasquetti

Planaltina-DF
2013

DEDICATÓRIA

Há todos e todas que contribuíram comigo no processo de realização deste curso, bem como aos camponeses e camponesas do assentamento Estrela do Sul, que foram grandes parceiros e parceiras na realização deste trabalho.

Em especial a minha mãe e meu pai, que sempre estiveram junto comigo nessa caminhada de luta.

AGRADECIMENTOS

Ao MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, por ter me concebido a honra e a confiança de realizar o presente curso.

A Minha família que sempre esteve do meu lado apoiando e incentivando a minha permanência neste curso.

A Todos os Educadores e Educadoras que contribuíram na minha caminhada e na minha formação em todo o processo, sempre dando o melhor de si para tornar esta caminhada mais fácil.

**“Globalizemos a Luta
Globalizemos a Esperança”
Egidio Brunetto**

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi o de analisar o desenvolvimento das áreas cooperadas implementadas pelo INCRA dentro do Assentamento Estrela do Sul, além de compreender o que as famílias assentadas entendem sobre o modelo de assentamentos com base nas áreas cooperadas. Tem por finalidade também aprofundar os conhecimentos teóricos sobre o tema Cooperação, destacando a análise do MST acerca deste assunto e identificar os principais conflitos gerados a partir da discussão e implementação das áreas cooperadas no assentamento. O tipo de pesquisa utilizado foi o de cunho descritivo/qualitativo, através da aplicação de um questionário para entrevista com algumas famílias do assentamento, uma vez que estes são os sujeitos principais da história que está sendo pesquisada, sendo essencial sua contribuição para a construção e sistematização deste trabalho. O resultado obtido mediante coleta de dados permitiu inferir que a cooperação precisa ser construída coletivamente pelos próprios sujeitos e que o processo de formação e de conscientização vão se dando durante todo o processo de construção e implementação.

Palavras-chave: Cooperação, Conflitos, Assentamento Estrela do Sul, INCRA, MST.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura I – Poço artesiano usado na época de acampamento. Hoje beneficia 28 famílias assentadas.....

Figura II – Mapa do P.A. Estrela do Sul – Angélica/MS.....

Figura III – P.A. Estrela do Sul – Angélica/MS.....

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO I - A CONSTRUÇÃO E FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO ESTRELA DO SUL.....	11
CAPÍTULO II - FATORES GERADORES DE COOPERAÇÃO E CONFLITO.....	17
CAPÍTULO III – TEORIAS DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA.....	22
CAPÍTULO IV – ANÁLISE ENTRE TEORIA E PRÁTICA.....	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	31
APÊNDICE A - Questionário aplicado.....	33
ANEXOS.....	34

INTRODUÇÃO

A temática da cooperação e dos conflitos gerados por este processo nas áreas de assentamentos do Estado de Mato Grosso do Sul, é um tanto quanto complexa. Exige uma profunda e incessante pesquisa acerca dos fenômenos geradores destas questões, sendo necessário que o abordemos para compreendermos de fato como esta prática ou modelo de produção é implementado nas áreas de Reforma Agrária.

O que me levou a pesquisar sobre esse tema, não é só o anseio em me capacitar teoricamente no entendimento acerca do assunto, este anseio vai mais longe, pois meu propósito, além de compreender o assunto teoricamente, é o de analisar como essa questão está sendo tratado dentro da minha comunidade, o Assentamento Estrela do Sul, que é constituído por áreas individuais para cada assentado e por áreas coletivas compostas por até 30 famílias.

A escolha do tema também vem ao encontro das idéias apresentadas e construídas durante os 4 anos do curso, onde os debates sobre a educação do campo pressupõe a inserção nas dificuldades da comunidade baseado no acúmulo teórico que a humanidade produziu e encontrada sistematizada na universidade para, que através da inserção da classe trabalhadora, possa num processo de reflexão a ação intervir na realidade. Os aprendizados dos quatro anos de curso, junto à nossa presença no cotidiano em nossas comunidades levam-nos a debruçar sobre tal tema, não para uma satisfação pessoal de elucubração teórica, mas como obrigação de resposta à comunidade e a universidade que nos apoiaram durante nossa inserção na universidade.

Além de conhecer melhor esta realidade, tenho como objetivo propor algumas orientações teóricas que poderão contribuir para a ação prática nestas áreas cooperadas que até então estão sem cumprir o seu objetivo de fortalecer a cooperação entre os assentados. O tema também é bastante pertinente, uma vez que, busca alternativas de produção que são contrárias ao modelo capitalista dominante.

Por ser uma questão que atinge vários assentamentos do Estado de Mato Grosso do Sul e por ser um tema bem amplo, me dediquei ao trabalho de pesquisar e compreender os fenômenos da cooperação e seus conflitos no assentamento Estrela do Sul. Com esse trabalho me propus a destacar e compreender os fatores

internos e externos que culminam nos conflitos agrários gerados a partir da implementação das áreas cooperadas. Com o propósito de descrever com propriedade sobre o assunto, o trabalho está dividido em quatro capítulos, dos quais irei fazer uma breve apresentação a seguir.

Foram entrevistados 6 moradores do próprio assentamento tendo inventa que procurei atingir as 4 comunidade que constitui o Assentamento estrela do Sul.

No primeiro capítulo, intitulado “A construção e formação do assentamento Estrela do Sul”, apresenta-se o resgate histórico desta comunidade que é meu objeto de estudo. Destacando o método de organização das famílias, desde o trabalho de base realizado nas cidades até constituírem o acampamento, iniciando assim a luta pela terra que resultou na construção do assentamento. Além disso, destacaremos os principais embates do processo de conquista da terra.

No capítulo II, “Fatores Geradores de Cooperação e Conflitos”, abordaremos a proposta institucional de cooperação, idealizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e a proposta social de cooperação discutida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), organização a qual o assentamento faz parte, destacando os conflitos que giram em torno dessas ideologias e concepções.

O terceiro capítulo “Teorias de Cooperação Agrícola” contém uma análise da cooperação agrícola sob dois âmbitos, o social e o capitalista. Ou seja, abordará o assunto através da perspectiva dos movimentos sociais e o das empresas capitalistas, demonstrando as principais diferenças de interpretação e implementação da proposta de cooperação.

O quarto e último capítulo trata do assunto analisando o tema a partir da teoria e da prática, ou seja, observando as várias interpretações acerca da cooperação agrícola, fazendo um contraponto com o que está sendo vivenciado no Assentamento Estrela do Sul.

CAPÍTULO I: A CONSTRUÇÃO E FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO ESTRELA DO SUL

Podemos dizer que o que faremos aqui é apenas uma breve descrição acerca da formação do assentamento Estrela do Sul, uma vez que sua construção propriamente dita ainda está em percurso, pois a construção de um assentamento está ligada a toda sua história e todo o processo de convivência, seja ela coletiva e/ou individual.

No ano de 2002, o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra designou um grupo de militantes para fazer um trabalho de base na região Vale do Ivinhema. Estes militantes são chamados de frente de massa. Segundo Bernardo Mançano Fernandes (p.173), o setor de frente de massa *“faz a travessia das pessoas de fora para dentro do MST”*. *No desenvolvimento desse processo de luta popular, elas vão construindo a consciência e a identidade com a luta e com o movimento, ou seja, vão se constituindo como sem terra. Tornar –se sem terra, nesse sentido, é mais que tentar superar a condição de excluído da terra, “é possuir o sentido de pertença e a identidade com os princípios desse movimento camponês”*.

Nesta região predominam os grandes latifundiários e a indústria sucroalcooleira que vem crescendo cada vez mais no estado de Mato Grosso do Sul. Em meio a esse cenário, muitas famílias que ali residiam, viviam em situação degradante e precisavam conquistar um pedaço de terra para produzir seu próprio alimento e dali sobreviverem. Após vários meses de muitos trabalhos, discussões, reuniões e encontros, a militância do MST conseguiu organizar 310 famílias de toda a região. Em discussão coletiva, resolveram montar o acampamento em frente à fazenda Ivinhema no município de Angélica-MS.

A partir de então se inicia um grande processo de lutas e conquistas, acompanhadas de vários conflitos, isso porque a burguesia latifundiária não admite que “suas” terras sejam desapropriadas para a Reforma Agrária, por mais irregulares que estejam eles sempre vão tentar ser os donos da razão e sempre vão tentar amedrontar os trabalhadores.

O acampamento se manteve a frente dessa fazenda por um curto período de tempo, a média de 04 a 05 meses, pois o conflito entre Sem Terra e os jagunços contratados pelo fazendeiro se acirraram fortemente. Os conflitos eram na maioria

das vezes armados, colocando em risco a vida das pessoas que ali estavam em busca de um sonho e de um direito social. Um dos assentados narrou que em todas as noites havia tiroteio, onde os jagunços fortemente armados aproximavam-se do acampamento e abriam fogo contra os barracos.

As pessoas ali acampadas se escondiam atrás de uma guarita ou debaixo de uma ponte para se protegerem e não serem feridas pelos disparos. Ele contou um fato que achei de suma importância destacar; que em uma certa noite muito fria onde a maioria dos acampados que ali moravam estavam ao redor de uma fogueira contando casos, piadas e se esquentando, de repente ouviram um disparo de arma de fogo e quando olharam só viam brasas do fogo voando pelo ar, todos saíram correram sem rumo para se proteger dos jagunços que estavam atirando para todos os lados a fim de amedrontar os acampados que ali estavam morando.

O entrevistado afirmou que todos que estavam ali sabiam do perigo e risco que corriam, contudo, todos lutavam pela tão sonhada terra, e que não iriam desistir facilmente deste sonho. Perante os fatos a Ouvidoria Agrária do Estado de Mato Grosso do Sul começa a se preocupar com a situação de conflito e intervém constitucionalmente, a fim de evitar o conflito com graves conseqüências.

A Ouvidoria tinha a perspectiva de que outra fazenda da região fosse passiva de desapropriação ou de aquisição pelo INCRA, era a fazenda Santa Rosa que também se localizava no município de Angélica. Sendo assim, esta fez a proposta de mudança do acampamento para frente desta outra fazenda, a maioria das famílias aceitou a proposta e se dirigiram para o local combinado.

Ali enfrentaram também muitas dificuldades, uma vez que a vida em acampamento é dura e árdua. No entanto, as famílias que ali resistiram por quase cinco anos foram assentadas em 2007. Durante este período muitos trabalhos e negociações foram feitas no próprio município, uma delas que atendia todo o coletivo foi a negociação de um poço artesiano para suprir a necessidade de água de todas as famílias ali acampadas, tal negociação foi feita em prol de uma coletividade maior e mostrou a força que o coletivo proporciona.



Figura I: Poço artesiano usado na época de acampamento. Hoje beneficia 28 famílias assentadas.

Durante este período relataram que muitos trabalhos voluntários foram realizados coletivamente com a intenção de mostrar para a sociedade que Sem Terras não é aquilo que a mídia mostra, e que são trabalhadores e trabalhadoras que lutam por um sonho e um direito social que é a terra, e assim nela trabalhar e tirar o seu próprio sustento, além de oferecer um produto de qualidade para a sociedade, livre de agrotóxico e respeitando sempre a natureza.

Foram feitos trabalhos voluntário como; arranca de feijão, mandioca, roças coletivas para adquirirem finanças para a continuação da luta, limpeza da cidade, do cemitério e vários outros trabalhos dentro do município de Angélica e municípios vizinhos. Enfim, trabalhando e prestando solidariedade com os municípios que sempre atenderam as reivindicações das famílias quando necessitavam, isso tanto para mobilizações quanto para qualquer outros fins, percebe-se que aqui existia uma certa cooperação entre os acampados, municípios e sociedade.

Afirma isso o entrevistado Sr. José, em relação a questão 3 que trata sobre isso. Descreve que as atividades desenvolvidas no período de acampamento que são semelhantes às atividade cooperadas foram: "os mutirões, trabalhos voluntários,

mobilizações, organicidade do MST e que tudo era organizado através de reunião ou de assembléia”.

O P.A. Estrela do Sul foi constituído com 120 famílias, oriundas do acampamento Estrela do Sul e do acampamento Zumbi dos Palmares, que complementaram as vagas que sobraram, devido ao fato de que durante este cinco anos muitas famílias não agüentaram a luta e acabaram desistindo. Porém 110 famílias do acampamento Estrela do Sul conseguiram chegar até o final e conquistar a tão sonhada terra iniciando um novo processo de luta e de organização.

As outras dez famílias vieram do acampamento Zumbi dos Palmares, localizado na época na Fazenda SOMECO no município de Ivinhema-MS. Este acampamento era o mais antigo da regional, o que motivou a inclusão destas famílias que o formavam, através de sorteio, a completar o número de vagas existentes no P.A. Estrela do Sul.

O acampamento Zumbi dos Palmares mudou-se para frente do Pré Assentamento Estrela do Sul no ano de 2007, vez que, após a compra, demarcação e posterior mudança das famílias para seus determinados lotes, o local a beira da rodovia MS 274 ficou vazio, e por possuir uma boa infra-estrutura logo passou a abrigar o Acampamento Zumbi dos Palmares, mas as famílias não permanecerem muito tempo neste local, foi desapropriada a fazenda Santo Antonio no Município de Itaquiraí-MS, que Assentaram 607 famílias só do MST de vários outros acampamentos. O assentamento Santo Antonio inicio-se 09/05/2007 e sua portaria e de Dezembro de 2007.

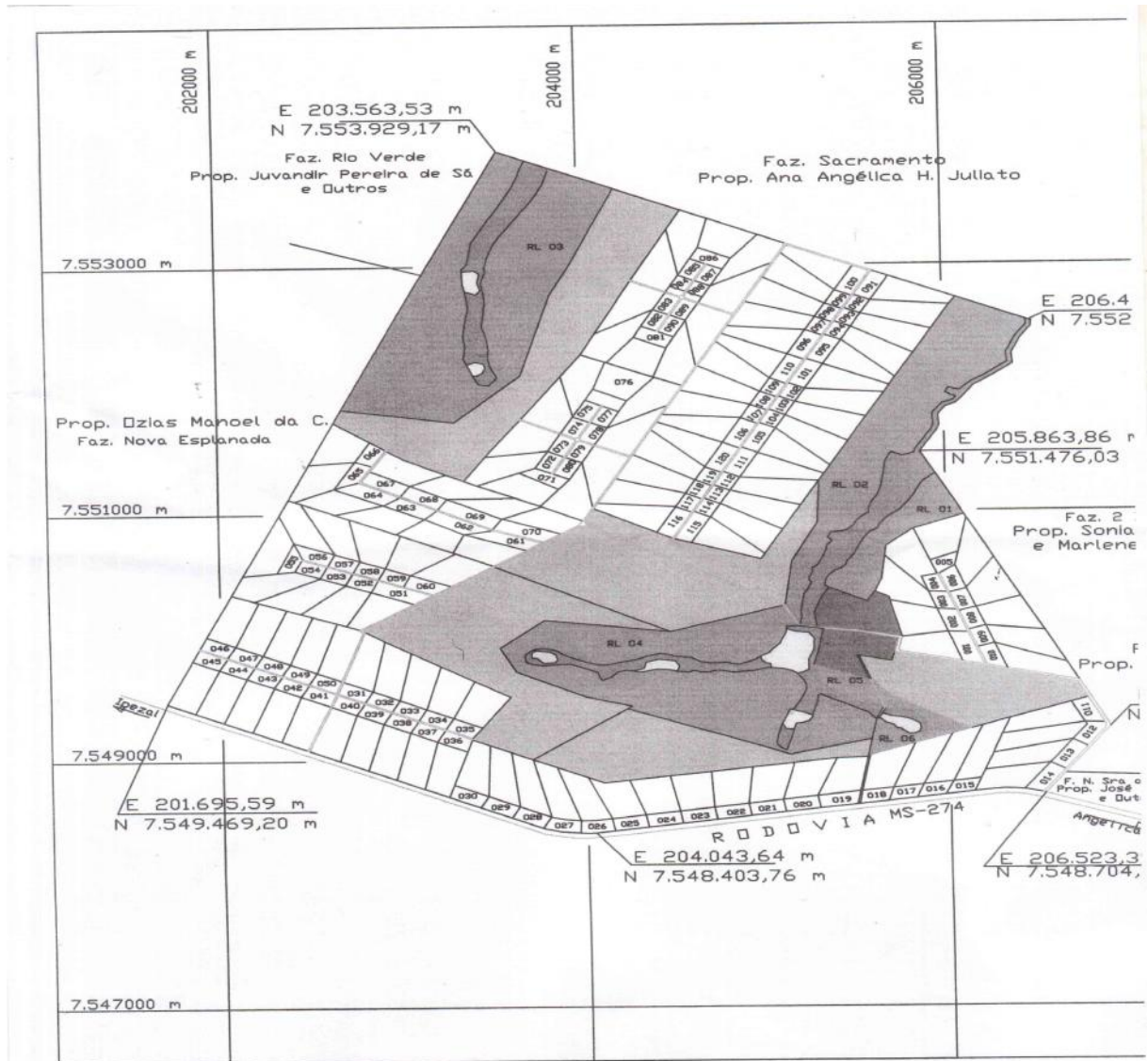


Figura II: Mapa do P.A. Estrela do Sul/ Angélica MS.

O Assentamento Estrela do Sul se constituiu no município de Angélica/MS na rodovia MS 274 há 264 km da capital Campo Grande/MS, com as coordenadas geográficas $22^{\circ}07'46.28''S$ $53^{\circ}51'12.08''O$ com elevação 355m altitude do ponto de vista 510 km.



Figura III: P.A. Estrela do Sul/ Angélica MS.

CAPÍTULO II: FATORES GERADORES DE COOPERAÇÃO E CONFLITOS

Trabalhar a questão do cooperativismo nas áreas de assentamento em geral é um tanto quanto complexo, embora seja de fundamental importância esta prática de produção, uma vez que esse método proporciona uma melhor maneira de organização da produção, bem como pode contribuir no processo de formação da consciência humana, que está cada vez mais ligada ao modelo capitalista de produção, onde este apenas contribui para a individualização e concorrência entre as famílias assentadas.

A cooperação é uma das melhores maneiras de fazer com que o assentamento e as famílias assentadas possam prosperar econômica e socialmente, pois os princípios da cooperação baseiam-se na coletividade, na ajuda mútua, no respeito ao próximo, bem como na socialização dos meios de produção. Esta última é a parte mais importante do processo sendo o que diferencia o cooperativismo social do modo de produção capitalista, que concentra nas mãos de poucos os meios de produção obrigando a grande maioria a vender sua mão de obra, único bem que lhes restam, para sobreviver neste modelo explorador.

Desta maneira o capitalismo sobrevive da exploração do ser humano pelo ser humano, ou seja, a burguesia é quem detém os meios de produção, uma classe que sobrevive da “mais valia”, tirando do trabalho humano todas as suas riquezas, como coloca Marx no livro “O Capital”.

Podemos entender a cooperação como um sistema alternativo de produção, com métodos totalmente contrários ao modelo capitalista. No entanto, para que possamos de fato implementar de maneira correta esse método de produção, se faz necessário que conheçamos a fundo a realidade do grupo de pessoas o qual queremos inserir nesse processo.

É importante compreendermos a fundo os sujeitos sociais e sua realidade, para que possamos juntos construir os métodos de produção cooperada. Dessa maneira, podemos entender que o sistema de cooperação deve ser construído de baixo para cima e não de cima para baixo.

Primeiramente as famílias devem saber os diversos sistemas de produção e assim optarem pelo melhor método, no caso, a cooperação. Isto é, fazer um trabalho de formação, logo que a cultura em que estes sujeitos foram formados é a de se individualizar, isso porque sempre trabalharam de empregados e agora que serão

donos de sua própria terra devem esvaziar-se de suas antigas concepções, por isso tem que existir esta formação.

Caso contrário, o método cooperativista não irá funcionar, pois as famílias estão historicamente acostumadas com o modelo que aí está para derrubá-lo, é necessário muito diálogo, planejamento e práticas, ações concretas de cooperação. Se o método de cooperação não se der dessa maneira, as famílias irão tê-lo também como uma imposição, gerando assim vários conflitos, os quais serão abordados a seguir.

Os conflitos em si não são gerados através da cooperação, podemos dizer que estes já existem de maneira subjetiva em cada assentado, o que acontece é que na medida em que os métodos vão sendo implementados e não dão certo por uma série de fatores, principalmente por falta de discussão com a comunidade, o assentado se sente desmotivado e desacreditado no método de produção cooperativista.

Esse descrédito culminará numa certa insatisfação à cooperação, desmobilizando assim a ação coletiva. No Estado de Mato Grosso do Sul, o qual se localiza o assentamento que é meu objeto de pesquisa, aconteceu exatamente isso em relação ao método do trabalho cooperado. Esta proposta discutida pelo INCRA, na prática começa a se implementar a partir de 2002, como experiência piloto em oito assentamentos do estado.

No intuito de compreendermos a natureza do conflito a partir da cooperação, é importante ressaltar aqui as palavras de Crozier e Friedberg (1977), que nos remete a uma grande reflexão:

(...) a organização é um instrumento da ação coletiva que pode ser definida em relação a um conjunto de ações ou funções. Mas restaria distinguir os principais motores desta ação coletiva... a ação organizada, não é necessariamente um fenômeno natural e sim “uma construção social cuja existência em si constitui um problema e cujas condições de surgimento e manutenção ainda não de ser explicadas”, (p.91 Camponeses do Brasil).

Além do problema da falta de articulação e discussão teórica sobre a proposta de execução do Assentamento Estrela do Sul com área cooperada, podemos inferir que esta é uma questão ainda mais complexa, ou seja, não basta destinar uma área

para o trabalho coletivo. Pois, além disso, é necessária uma organização das ações coletivas realizadas dentro desse processo. Isso significa que toda a proposta deveria ter sido discutida coletivamente com os assentados. No entanto, estas ações por si só geram conflitos organizacionais, porque estes não são naturais, são frutos da organização e estruturação da área cooperada em si. Se discutindo a proposta vai surgir os conflitos, muito mais difícil se tornará sem essa discussão coletiva.

A proposta do INCRA era inovadora e tinha tudo para dar certo, no entanto as famílias pré-assentadas não para construir as áreas cooperadas no futuro assentamento, se reuniam apenas para informar como seriam estas áreas. Não se teve uma conversa considerando como as famílias gostariam de ter estas áreas que futuramente trabalhariam coletivamente. Segundo um dirigente pesquisado Sr. José de Oliveira dirigente do MST na época no setor de produção, que este diálogo foi realizado com as famílias pré- assentadas, Confirmando pelo Sr. José de Miranda que diz na entrevista:

“Foi uma decisão do MST que visa os benefícios da coletividade.”

Percebe-se que houve uma intenção maior por parte do MST e do INCRA, mas que a idéia não foi amadurecida na base com as famílias. Não houve primeiro uma formação ideológica e social de como as famílias ali assentadas sonhavam com o assentamento. Na questão 11 do questionário aplicado, o Sr. Antonio Carlos de Souza deixa isso bem explícito comentando:

“Surgiu uma pressão psicológica em cima das famílias que ali estavam.”

Estes por sua vez se sentiam menosprezados e não contribuía para que a proposta da cooperação avançasse, logo que eles eram os protagonistas deste novo modelo de assentamento. A partir desse método, surgiram vários outros fatores de conflito que abordaremos neste trabalho.

É importante dizer que tal proposta das áreas cooperadas começou a ser implantada em todas as regiões do Estado de MS, no entanto a mesma foi breve e logo abortada, pois a proposta teórica era boa, mas o INCRA não conseguia garantir na prática a execução da proposta. Isso gerou uma série de problemas internos nos assentamentos em geral, mas vale ressaltar que o trabalho aqui elaborado aborda esta questão da cooperação e do conflito em uma área específica que diz respeito ao P.A – Projeto de Assentamento Estrela do Sul/ Angélica.

O MST, entidade a qual é ligado o assentamento abordado no estudo, historicamente vem construindo uma proposta de cooperação agrícola em suas áreas de assentamento, para compreendermos os princípios dessa cooperação, se faz necessário que compreendamos o conceito de Reforma Agrária do MST, APUD Reck:

...a proposta de reforma agrária se insere como parte dos anseios da classe trabalhadora brasileira de construir uma nova sociedade: igualitária e socialista. Desta forma, as propostas de medidas necessárias fazem parte de um projeto de mudanças na sociedade e, fundamentalmente, da alteração da atual estrutura capitalista de organização da produção.(MST. Caderno de Formação Programa de Reforma Agrária n. 23 (1998:07),

A partir dessa concepção de Reforma Agrária do MST, Reck traz também o princípio de cooperação construído por este movimento:

Os assentados devem buscar uma cooperação que traga desenvolvimento econômico e social, desenvolvendo valores humanistas e socialistas. A cooperação que buscamos deve estar vinculada a um projeto estratégico, que vise a mudança da sociedade. Para isso deve organizar os trabalhadores, preparar e liberar quadros, ser massiva, de luta e de resistência ao capitalismo. Para nós a cooperação não é vista apenas pelos objetivos sócio-políticos, organizativos e econômicos que ela proporciona. Ela é, para nós, uma ferramenta de luta, na medida em que ela contribui com: a organização dos assentados em núcleos de base, a liberação de militantes, a liberação de pessoas para a luta econômica e, principalmente, para a luta política (MST. Caderno n. 5, 1998: 22).

Observando estes conceitos acerca da Reforma Agrária, bem como o princípio da cooperação agrícola compreendida pelo MST, podemos perceber o equívoco do INCRA quando se propôs a instituir os assentamentos com base nas áreas cooperadas, semi-coletiva ou societário¹. O objetivo principal da instituição, não era fomentar uma nova prática de produção dentro do Estado, baseada na organização e formação da consciência dos sujeitos nela envolvida.

O principal objetivo do INCRA era na época simplesmente assentar o maior número de famílias possíveis, por isso diminuiu o tamanho das parcelas individuais, sob o discurso de que as famílias assentadas poderiam se desenvolver melhor na

¹ :Palavra que significa sócio e ao mesmo proprietário da parcela, pois tem uma parte individual e outra cooperada. Este foi um termo utilizado pelo INCRA e pelas famílias assentadas).

área cooperada. Como o objetivo do INCRA era o contrário do objetivo das famílias que querem uma parcela onde eles possam sobreviver este plano foi um fracasso no geral. Uma vez que, este não deu nenhuma assistência às áreas cooperadas e nem possibilitou a criação de projetos específicos para ela.

Com o tempo estas áreas, em sua grande maioria, se tornaram abandonadas pelas próprias famílias que se dedicavam apenas à sua parcela individual, ou arrendavam esta área cooperada para qualquer outro terceiro tendo em vista que estas áreas não podem ser arrendadas.

No assentamento Estrela do Sul, embora não tenha nenhum projeto específico de produção para esta área cooperada, o que estava sendo feito nela era apenas a criação de gado dos assentados nesta parcela. Este trabalho se dava de forma cooperada, no entanto não houve uma intensificação e nem mesmo um planejamento deste trabalho, pois isso parte de quem tem gado, o que é uma minoria.

Cada família assentada possui uma parcela de oito hectares individual. O assentamento conta com 04 comunidades de 30 famílias cada uma, totalizando um número de 120 famílias, estas comunidades possuem uma área de 93.0082 hectares na área coletiva. Embora seja uma área rica potencialmente para a produção cooperada, o assentamento que foi constituído em 2007, não recebeu até hoje nenhum incentivo financeiro para a estruturação e a produção nessas áreas, pois os únicos projetos acessados pelas famílias são de caráter individual, sendo o FOMENTO – Projeto de incentivo a iniciação no processo de Reforma Agrária, e o crédito habitacional. Podemos então perceber que o Governo instituiu as áreas cooperadas, mas não deu prioridade para que de fato funcionassem.

Podemos perceber que o assentamento tem um grande potencial de produção cooperada, porém não há por parte do Estado nenhum incentivo para esta produção, sendo assim, cada família vai ocupando e desfrutando de sua maneira dessa área, que também é dele, esse uso discriminado é que gera os conflitos internos.

O trabalho cooperado por si só é uma boa iniciativa de produção ligada ao respeito e a organização social de cada pessoa envolvida, para isto se faz necessário potencializar este trabalho, fomentando e incentivando o trabalho coletivo. Mas quando não há esse trabalho de maneira planejada e coordenada, as famílias envolvidas se individualizam cada vez mais, na idéia de resolver por si só tal

problema. Hoje no assentamento as áreas cooperadas estão sendo divididas por NBs (Núcleo de Base de 10 famílias) ou individualmente. Isso tudo é reflexo do descaso com que foi tratado este plano de Reforma Agrária instituído no MS.

CAPÍTULO III: TEORIAS DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA

A organicidade surge na organização por necessidade de fortalecer a mesma e conseqüentemente para resistir aos inimigos que herdamos ao longo de nossa historia, todos os princípios da organização do MST é de suma importância, mas este ponto pode considerar o mais complexo de todos, é neste momento em que deparamos com os valores capitalistas interiorizados no sujeito, do individualismo ligado a propriedade privada, esta herança faz com que o mesmo se distancie do outro, provocando um isolamento, como se o outro fosse estranho e fizessem parte de outro mundo.

Quando o País passa de agrícola para industrial os sujeitos também passam por uma ruptura violenta do ponto de vista cultura político e social, a estrutura sofre uma mudança radical e estes resíduos apresentam fortes fatores na atualidade, que interferem em nossas relações sociais embora o sujeito que veio do campo não ser mais o mesmo nem culturalmente, biologicamente, psicologicamente e nem fisicamente.

O sujeito que foi transferido do campo por um projeto ideológico burguês, para viver confinado como um prisioneiro nas grandes metrópoles como se apresentasse um perigo para a sociedade não esta mais em nosso meio, pois há muito tempo deixou de existir, somente os seus filhos ou netos estão presentes, estes não são camponeses, podem até trabalhar na agricultura, mais não conhecem e nem dominam os princípios da agricultura, não sabem como trabalhar na terra, porque este direito lhes foi negado por um sistema acoplado por um projeto ideologicamente excludente.

Por isso é imprescindível ao fazermos uma analogia de nossa realidade, ter como ponto de partida as questões culturais do ponto de vista do trabalho, subentendendo que o trabalho é a única fonte capaz de produzir cultura, sendo ela emancipadora ou não. O trabalho em uma sociedade a base da exploração, só poderia produzir uma cultura alienadora, fazendo com que a consciência do sujeito entre em um processo regressivo impossibilitando a leitura de uma consciência de classe.

Quatro pontos foram determinantes para a formação desta consciência fragmentada. O uso crescente da maquinaria; A aceleração do trabalho humano ao ritmo da maquina; A exploração do trabalho e principalmente a divisão social do

trabalho, que Gramsci chamou de Fordismo, esta estrutura provocou alterações profundas na sociedade eliminando as possibilidades de sobrevivência dos sujeitos, fazendo com que os mesmos se tornassem inimigos um do outro, entrando em um processo eliminatório, onde a classe entra em conflito consigo mesmo.

Fragmentando a luta e conseqüentemente impossibilitando o avanço da consciência da classe trabalhadora, este momento apresenta uma crise de modelo de produção e requer de nós uma capacidade dialética para entender e interpretar a atualidade do capitalismo, a partir daí produzir uma teoria que possa apresentar condições objetivas, capaz de dar as ferramentas para a produção de uma estratégia e tática superadora do atual problema apresentado.

Ao fazermos uma reflexão de nossa práxis, obrigatoriamente temos que fazer um resgate histórico, como nos comportamos diante da luta de classe enquanto classe trabalhadora, o que de fato acumulamos na luta pela terra e por reforma agrária, quais alterações efetivamente ocorreram na correlação de força, na perspectiva de transformação social, é preciso compreendermos de que quando o sujeito sai da cidade para ir para o acampamento, ele de fato foi para o acampamento, e não para a organização, o combustível que o movimenta, está ligado diretamente a um problema econômico e essencialmente a propriedade privada, o que vai de fato determinar com que este sinta-se parte da organização, é a nossa capacidade de diálogo com a massa, segundo Marx “a emancipação das classes operárias tem de ser conquistada pelas próprias classes operárias” (segundo Lenin, este conhecimento vem de fora, introduzido pelo intelectual, aparentemente apresenta uma contradição entre os dois pensadores, onde um parece afirmar que o sujeito cresce de dentro para fora e o outro de fora para dentro.

Enquanto o pensador Italiano António Gramsci nos ajuda a entender esta teoria revolucionária e emancipatória. Segundo ele, tanto Marx como Lenin, estavam falando de um diálogo entre intelectual e a massa, na realidade existe uma troca de conhecimentos pois a luta prática da massa, produz conhecimento importante que ajuda na construção da própria teoria.

O mesmo Gramsci afirmava que todos nós somos filósofos, por que todos nós temos uma concepção de mundo, a diferença entre um e outro, segundo Gramsci é de que uns possuem pensamento de primeiro grau enquanto outros possuem o pensamento de segundo grau. Os trabalhadores adquiriram ao longo da história um

pensamento corporativo, o desafio da nossa organização é fazer com que os mesmos adquiram um pensamento ético político.

O pensamento corporativo é um pensamento fragmentado, este sujeito tende a fazer reivindicações reformistas que apenas ameniza, mas não resolve o problema definitivamente, perdendo a noção do todo. Um exemplo de reivindicação corporativista é quando os trabalhadores se mobilizam na luta por emprego ou por melhoria salarial. Se o sujeito quer emprego, certamente nesta sociedade estamos propondo automaticamente a existência do patrão, e se há patrão há empregado e se há empregado há exploração.

Se a exploração é uma sociedade do mercado, produz mercadoria e se produz mercadoria, a mesma produz desigualdade, desigualdade esta que caminha cada vez mais para a barbárie. A barbárie é um estágio acelerado de degradação do ser humano, momento o qual estamos vivendo, enquanto o pensamento ético político tem noção do todo, quando luta busca a essência do problema, questionando o sistema de sociedade em que vive, este quer fazer parte dos meios de produção, na perspectiva de igualdade entre os sujeitos, certamente é um sujeito que compreende a sociedade dividida entre força de trabalho e os meios que possibilita o acúmulo de riquezas, que esta ligado diretamente a questões econômicas.

Este raciocínio ainda não apresenta um sujeito com consciência em sua totalidade para a transformação social, pelo fato de que estamos em uma sociedade dividida em classes e uma sociedade de classes é extremamente preconceituosa, que está ligada às questões sociais, diferenças hierarquizadas de preconceitos, a uma opressão que se dá internamente, dentro da própria classe, onde os homens oprimem as mulheres, os brancos oprimem os negros, os trabalhadores urbanos olham os trabalhadores do campo com preconceito, no sentido de que estes são atrasados, e há ainda outra hierarquia que se dá externamente entre burguesia e classe trabalhadora, esta discriminação pulveriza a classe trabalhadora fragmentando a luta.

O povo brasileiro não se vê como classe trabalhadora, essencialmente se vê como preto, branco, maior, menor, melhor, pior, rico e pobre, há uma falsa unidade entre a própria classe pelo fato de que se assumem como classe trabalhadora, mas depois não faz a transformação social se a classe não se incorporar efetivamente a mesma não se transforma, o sujeito não se situou não se reconhece diante de si

mesmo, e é este sujeito deteriorado, degradado culturalmente, politicamente e ideologicamente que chega a nossa organização, que vem não porque quer, mas porque é encurralado pelo sistema capitalista e vê como única alternativa a organização.

Como ponto de partida, para iniciarmos o nosso debate é importante fazermos pequena reflexão minuciosa do contexto histórico levando em conta a nossa realidade, e todo o conjunto de fatores culturais ideológicos, econômicos e sociais e a partir desta compreensão chegar a um entendimento do que estamos vivenciando hoje. A organicidade é um instrumento importante para interferir e alterar esta estrutura, mas não é tudo, é apenas uma teoria que exige a prática para a materialização da mesma, e esta materialização, está condicionada a metodologia a ser aplicada diante da realidade.

Há um problema na formação que se dá no processo de participação do processo de decisão, se o que forma consciência é a participação dos sujeitos no processo de decisão a uma falsa organicidade, Gramsci explica isso quando fala do estado ampliado. Segundo Gramsci, o estado ampliado não é aquele que inclui as pessoas com políticas sociais de compensação social, onde o sujeito vota escolhendo o candidato, mas aquele em que o sujeito ajuda a decidir o destino do país constantemente, temos que ter cuidado com a fraseologia que usamos em nossos debates para não reproduzirmos o sistema.

Há uma ingenuidade política da massa, a mesma apresenta uma precocidade e um imediatismo nas ações que está ligado as questões econômicas e essencialmente na propriedade privada, que é o combustível impulsionador da sociedade capitalista, este comportamento do sujeito é algo socialmente construído dentro de uma sociedade em que os sujeitos estão em disputa constantemente para garantir sua sobrevivência, o outro apresenta para si um perigo e este medo de ser derrotado impede a aproximação um do outro, (o que estamos chamando de cooperação, cooperar a ação) estes valores capitalistas estão ligados diretamente a estratégia de transformação dos sujeitos e da sociedade que tanto sonhamos.

CAPÍTULO IV: ANÁLISE ENTRE TEORIA E PRÁTICA

Como podemos observar no decorrer do trabalho aqui redigido, existem muitas questões relacionadas à teoria e a prática do cooperativismo, ou seja, as teorias nem sempre correspondem às práticas exercitadas. Estas diferenças se dão através de vários fatores internos e externos que estão ligados ao objetivo e subjetivo. No que diz respeito ao que é objetivo, podemos ressaltar o que já deixamos claro no trabalho que é sobre a falta de diálogo e formação política e ideológica por parte do INCRA junto aos assentados. Além disso, podemos perceber no dia a dia do assentamento que há um fator subjetivo que também contribui no surgimento ou acirramento de conflitos.

Este está ligado diretamente ao assentado, que historicamente foi explorado pelo sistema patronal. Onde ele era quem obedecia e fazia tudo o que lhes mandavam. Hoje este sujeito tem em mãos os seus próprios meios de produção, sendo assim este se vê como um patrão, se individualizando e se cerca dentro do seu próprio lote, sem uma participação nas questões coletivas do assentamento. O mesmo só se vê como responsável pela sua pequena parcela. No entanto, não consegue compreender que esse isolamento não contribui para o seu desenvolvimento e nem para o desenvolvimento da comunidade em geral.

É importante ressaltar que as experiências têm nos mostrado historicamente que qualquer ação seja ela coletiva ou individual deve ser respaldada pela análise da teoria e prática, ou seja, as condições objetivas e subjetivas. Como um exemplo da importância dessa consonância entre teoria e prática abordaremos aqui o trabalho realizado no Assentamento Estrela do Sul como uma experiência que a princípio seria coletiva.

Algumas famílias ligadas à associação do assentamento e incentivadas por ela, resolveram fazer um trabalho de produção e comercialização coletiva de pepinos para conserva na área comunitária da sede. Todo o processo começou organizadamente coletivo, articulação das sementes e insumos, preparação do solo, irrigação, plantio e estaleiros, junto a prefeitura do município. A experiência tinha tudo para ser frutífera se fosse conduzida através de uma teoria que respaldasse a prática coletiva. No entanto não foi assim que aconteceu, pois os compromissos coletivos não resultaram em responsabilidades individuais, prejudicando assim todo processo de trabalho que iniciaram.

No decorrer da organização do trabalho coletivo, algumas famílias não estavam cumprindo com os combinados, gerando um conflito interno no grupo, desgastando todo o processo e desmotivando o coletivo. Isso se deu porque não houve um trabalho de sensibilização e formação continuada no decorrer do processo, resultando na individualização das pessoas ao meio do trabalho. As famílias preferiram repartir a roça entre elas, antes mesmo desta começar a produzir, ou seja, o trabalho coletivo não chegou ao seu término com um resultado positivo que seria a comercialização, além da boa experiência de formação que iriam adquirir podendo esta ser estendida para as áreas cooperadas das comunidades do assentamento.

Sabemos que o cooperativismo por si só gera conflitos em seu desenvolvimento. Mas se as famílias conhecerem os princípios organizativos do MST saberão lidar e superar estes conflitos. Isso porque estes estão intimamente ligados aos princípios de cooperação defendida pelo movimento. Para que possamos compreender esta relação, trazemos aqui os princípios organizativos do MST:

Direção coletiva: todas as decisões, salvo, casos raros, deverão ser tomadas coletivamente, com igual direito e poder. Tudo será decidido pela maioria. **Divisão de tarefas e funções:** todos devem assumir a sua parte na aplicação das tarefas definidas, respeitando as qualidades e aptidões pessoais, valorizando a participação de todos e evitando a centralização e o paternalismo. A decisão é coletiva, mas a responsabilidade é individual. **Profissionalismo:** todos devem ser militantes da organização (ter amor e dedicação à causa) e, ao mesmo tempo, ser um especialista (um técnico). **Polivalência:** ninguém pode perder a noção de conjunto, isto é, deve saber como funciona cada uma das partes do todo, cada uma das partes da organização. **Disciplina:** respeito às decisões do coletivo, cumprimento dos horários, mas, sobretudo o cumprimento de tarefas e deliberações políticas. **Planejamento:** tudo deve ser planejado, preparado e programado. **Vinculação com as massas:** a garantia do avanço da luta e da aplicação de uma linha política correta é a vinculação permanente com a base. Dela deve-se apreender as aspirações, anseios, necessidades e a partir da experiência corrigir as propostas de encaminhamento. **Crítica e**

autocrítica: avaliação crítica dos atos (revisão de prática e de vida) e, sobretudo, ter a humildade de realizar a autocrítica, procurando corrigir os próprios erros e encaminhar soluções para os desvios. **Centralismo democrático:** máxima democracia no processo de discussão e na tomada de decisões, bem como nas avaliações, mas, depois de tomada às decisões todos devem se subordinar a ela. **Formação:** a formação política deve estar vinculada com a prática atual e com a prática da classe trabalhadora ao longo da história. Estimular e dedicar-se ao estudo de todos os aspectos que dizem respeito às atividades, especialmente na apropriação do conhecimento científico (Caderno n. 5, 1998:47-8).

Analisando os princípios organizativos do MST podemos então compreender que os mesmos são coesos aos princípios da cooperação. Uma vez que a cooperação defendida pelo Movimento diz respeito não somente a produção final da matéria-prima, a concepção de cooperação vai muito além disso, ou seja, está ligada a formação da consciência humana, bem como aos processos organizativos dos sujeitos envolvidos.

Outra questão bastante agravante que vem acontecendo dentro do assentamento que não esta dando certo nas áreas cooperadas e a não existência de políticas publicas destinadas para estas áreas. Neste sentido, percebe-se que este processo de formação não teve continuidade por parte da organização e muito menos por parte do INCRA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta realizada pelos trabalhadores que hoje estão no Assentamento Estrela do Sul constituído com 120 famílias, conquistaram a tão sonhada terra iniciando um novo processo de luta e de organização. Porém enfrentaram e continuam enfrentando novos desafios, que é a organização do processo produtivo e da vida social no assentamento: o que gera e gerou conflitos.

Diante deste trabalho percebe-se que:

A Cooperação Agrícola tem se mostrado um método eficaz para o desenvolvimento das comunidades dentro dos assentamentos, onde a viabilidade econômica e social são questões importantíssimas para o desenvolvimento dos assentamentos. Porém, a cooperação agrícola nem sempre apresenta bons resultados harmônicas entre as famílias. Necessita de diversos fatores para que venha realmente a concretizar os seus objetivos.

Por meio da pesquisa teórica, consegui examinar diversos conceitos que, envolvidas em suas particularidades possibilitando uma visão global do tema aqui discutido, onde pude tomar conhecimento necessário para compreender melhor a realidade destas famílias. Tal embasamento me permitiu identificar as falhas do método do cooperativismo implantado no Assentamento Estrela do Sul, bem como compreender melhor as origens e causas da cooperação e dos conflitos dos assentados.

Através das entrevistas com os assentados, cheguei à conclusão de que uma das problemáticas existentes encontra-se no fato de haver carência no sentido de políticas públicas específicas, dificultando o trabalho em cooperação. A falta de investimentos e de assistência técnica por parte do governo vem construindo um cenário desfavorável e desagradável dentro dos assentamentos que possuem áreas cooperadas.

Outra questão que prejudica o progresso da cooperação agrícola é a ausência de formação política e ideológica das famílias assentadas. Para funcionar, é necessário que os sujeitos que venham a participar do conjunto, tomem conhecimento sobre a teoria do que irão pôr em prática. Saber das vantagens, desvantagens e do grande desafio que é essencial para o bom andamento de qualquer processo que venha a ser implementado nas comunidades rurais.

Em relação ao assentamento aqui estudado, o método de cooperação não chegou a ser efetivado. Foi estabelecido, mas não beneficiou as famílias, já que em cinco anos de existência, o assentamento não obteve sequer nem uma linha de créditos para iniciar sua produção coletiva ou desenvolverem as áreas cooperadas. A experiência do plantio de pepinos em parceria com o município de Angélica foi a única tentativa que existiu realmente entre os assentados, contudo, com a facilidade do trabalho individual, a ausência de recursos, de planejamento e de organização, restou apenas na questão da individualização da produção no meio do processo.

A pesquisa indicou que os assentados questionaram que também não houve formação com as famílias sobre o trabalho cooperativo, por parte do INCRA e do MST, porém as direções e lideranças tem outra visão sobre esta questão, afirmando que houve muito trabalho de formação. Estas divergências ainda motivam conflitos e divisão entre as famílias.

O que também ficou evidente no decorrer da pesquisa, é que não existiu um processo adequado de preparação para o trabalho de cooperação. As experiências anteriores dos assentados calcados na produção individual ainda são muito fortes. A falta de planejamento adequado em torno da cooperação visando o todo da vida social e econômica e falta políticas públicas aumenta a individualização das famílias que preferem permanecer em suas parcelas individuais. Mas, este processo ainda não está acabado precisa de métodos adequados, de mobilização e de formação para enfrentar o modelo hegemônico imposto a classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Sabourin, Eric, 1958 –

Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade/Eric Sabourin; traduzido do francês por Leonardo Milani. – Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

A vasta experiência teórica e prática do autor, em diferentes países, permitiu um diálogo entre a literatura clássica sobre campesinato e o estudo mais recente. Um dos méritos da obra é, portanto, a atualização de questões que marcaram todo o século XX – como o papel da agricultura camponesa, suas identidades e modos de resistências – para o contexto brasileiro, já no século XXI. Entre os novos elementos lançados estão a análise da agricultura familiar em relação ao desenvolvimento sustentável e a gestão dos recursos de base comum, a evolução das relações de reciprocidade entre camponeses (com destaque para os projetos comunitários) e o avanço das relações mercantis no seio de comunidade onde o nível de monetização da economia era baixa. (Sabourin, Eric, 1958 Apresentação de capa).

Esta obra acima citada traduz perfeitamente algumas das incógnitas as quais eu me propus a responder com esta pesquisa. Pois o autor trabalha muito bem esta questão da agricultura camponesa, bem como da cooperação agrícola em si.

Morissawa, Mitsue

A história da luta pela terra e o MST/ Mitsue Morissawa. – São Paulo: Expressão Popular, 2001.

Este material é importante para o todo da obra a qual estou elaborando porque trata especificamente da concepção de cooperação agrícola por parte do MST. Organização esta a qual o assentamento Estrela do Sul faz parte. O material aborda o tema de acordo aos princípios organizativos do movimento, ou seja, trabalha a questão da cooperação numa ótica social. Como podemos perceber na citação abaixo:

A prática da cooperação é, para o MST, um grande instrumento pedagógico para a construção do setor social. Ela permite ao trabalhador rural romper com a auto-suficiência e o individualismo, e acreditar no êxito da aplicação da força

conjunta na produção e nos serviços ligados a sua atividade. Indo um pouco mais além, cooperação é “uma força de organização da produção por meio da divisão social do trabalho”.

Reck, Jair. A consciência política dos cooperados do MST : o caso da COOPAC - Campo Verde – MT. Unicamp. Tese. 2005.

Marx, Karl. Estatutos gerais da associação internacional dos trabalhadores. 1864. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1871/10/24.htm>.

LÊNIN, V.I. O Estado E a Revolução, in: Obras Escolhidas. São Paulo: Alfa-Omega, 1985.

GRAMSCI, Antônio. Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

SANTOS, José Jusceli dos. A organicidade e a nossa realidade: Nova Andradina: 2006, mimeo.

APÊNDICE A - Questionário Aplicado

1. Como se deu o processo de organização das famílias ate constituírem o acampamento?
2. Quais os principais conflitos enfrentados ao percurso da luta pela terra, no período de acampamento?
3. Quais as atividades desenvolvidas no período de acampamento que se assemelhavam a atividades cooperadas? Como eram realizadas?
4. Quais as principais aprendizagens podem tirar com a luta pela terra durante o acampamento?
5. Em sua concepção o que significa cooperação agrícola ou coletiva.
6. Quais as principais vantagens em se trabalhar em coletivo? E quais as principais dificuldades nesse tipo de organização?
7. Como você avalia a instituição das áreas cooperadas pelo INCRA? Quais os principais problemas nesse modelo de assentamento?
8. Se ha problema nas áreas cooperadas, como podemos e o que podemos fazer para potencializar a produção cooperada e avançar coletivamente?
9. Qual o papel desempenhado pelo INCRA nas áreas cooperadas apos a instituição do assentamento?
10. Qual sua avaliação acerca da teoria e pratica da ação cooperada?
11. Como surgiu a proposta das áreas cooperadas aqui no assentamento Estrela do Sul?
12. Quais as experiências coletivas que você tem vivenciado desde o período de acampamento? Como você avalia elas?
13. Como o MST tem discutido esse tema da cooperação com o assentamento?
14. Em sua opinião o que e preciso fazer para potencializar a produção coletiva nas áreas cooperadas?
15. Em sua avaliação quais são os três principais problemas que impedem o pleno desenvolvimento do assentamento, tanto nas parcelas individuais quanto nas cooperadas?

16. Quais são suas perspectivas para que recuperemos o objetivo principal da cooperação? Como podemos potencializar essas perspectivas com a prática?

Anexo



Foto do Acampamento Estrela do Sul na frente da Fazenda Santa Rosa



Reunião da coordenação do Acampamento Estrela do Sul



Trabalho voluntária no município de Ivinhema/ MS



Acampamento estrela do Sul



Marcha no Município Nova Andradina/ MS



Encontro da coordenação Estadual



Confraternização do Acampamento Estrela do Sul



Trabalho voluntário de arranca de feijão no Município de Angelica/MS



Ato Público no Município de Angélica/MS



Reunião no Município de Angélica/MS



Reunião de Núcleo de Base (NB) no Acampamento Estrela do Sul



Cadastramento das famílias pré- assentada



Ato Público no Município de Angélica/MS



Marcha no Município de Nova Andradina/ MS



Marcha no Município de Nova Andradina/ MS



Marcha Nacional de Goiana/GO á Brasília/DF 2005



fo

Trabalho voluntário: limpeza do secador Municipal Angélica/MS



Confraternização entre as famílias acampadas



Escola de alfabetização do Acampamento Estrela do Sul